



Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Gestão de Pessoas  
Coordenação – Geral de Documentação e Informação  
Coordenação de Biblioteca



ção, graças à Internet e a esses outros mecanismos de comunicação rápida, independe dos Estados. Os Estados não têm poder para controlar os fluxos de informação, inclusive os financeiros, porque eles não passam materialmente pelas fronteiras. Então, quem continuou com a idéia do passado ficou com uma idéia que perdeu vitalidade, foi sendo estiolada pela transformação que a vida impôs.

Agora, ao dizer isso, não se pode imaginar que tenha desaparecido o interesse nacional. Pelo contrário. A questão é como fazer prevalecer os interesses nacionais nas novas condições. Freqüentemente, as respostas que vêm são antigas, não fazem prevalecer nada. Em vez de prevalecer o interesse nacional, o que prevalece é o atraso nacional. E o mundo não permite mais isso.

Aqui vou usar a expressão que foi dada pelo Doutor Approbato, que utilizei bastante. O líder do Partido Comunista Italiano, Giorgio Napolitano, esteve aqui, no Brasil, há muitos anos, e deu uma entrevista, acho que à *IstoÉ*, em que ele dizia: “O problema não é saber se haverá ou não internacionalização. É saber se eles nos vão internacionalizar ou se nós vamos nos internacionalizar.” A diferença pode parecer sutil, mas é fundamental. O processo está aí, não há mais como fechar.

Agora, como é que se faz esse processo? Quem comanda os momentos? De que maneira se buscam regras de legitimidade? Como é que entra o direito nisso? Como é que se negocia? Essas são as questões que estão postas. Esse é o debate que está posto nas discussões de hoje, aqui, que estão havendo no Congresso. São essas as questões que estão postas.

Um país como o nosso que em um dado momento – basicamente do fim dos anos 80 para o começo dos anos 90 – teve uma abertura da economia sem negociação, da qual se lastimam até hoje, com razão, setores industriais importantes, sem negociação, bom, isso não é aceitável. Tudo tem que ser feito, numa expressão vulgar, num “dá cá, toma lá”.

Sobre a mesa, o que está posto hoje, no plano econômico, é saber até que ponto um país como o nosso vai se incorporar a que blocos, a que custo e com que vantagem. Um é óbvio, que é o Mercosul. É óbvio e parece ser, hoje, de consciência comum achar que vale a pena manter

e aperfeiçoar o Mercosul. Os espaços nacionais, por maiores que sejam – e o nosso é enorme –, não são suficientes. O setor produtivo requer escala muito grande, requer mercados maiores. Há uma concentração também grande de capacitação, de investimento e etc. Creio que, do ponto de vista do interesse nacional, é claro que vale a pena manter mecanismos que levem a uma associação crescente e, se possível, na minha perspectiva, sul-americana, que fortaleçam a posição não só do Brasil, mas de toda a região, mesmo quando isso implique algumas negociações que, aparentemente, não sejam vantajosas.

Deixem-me explicar melhor isso. E vou explicar contando uma pequena história. Quando estive na Alemanha, depois de eleito Presidente, almocei com o então Chanceler Kohl. Ele me disse: “Olhe, Presidente, nasci na Alemanha, em uma região que era perto de Bonn e foi ocupada, depois da guerra, pelos franceses. Tenho pais que perderam a vida na guerra contra a França. Quando eu era jovem, houve a ocupação da Alemanha pelos aliados, e a região onde eu morava era uma região francesa. Quando via um oficial, eu tinha que sair da calçada para evitar, enfim, qualquer agressão da parte do oficial. Eu tinha que sair. Fomos criados nesse sentimento antifrancês, até que percebi que isso ia dar em outra guerra e mais gente iria morrer. E aderi, fortemente, à idéia da União Européia de hoje – na época, não era ainda assim – e percebi que a relação fundamental era da França com a Alemanha. É claro que a Alemanha” – disse ele – “é maior que a França, é mais rica, mais forte. E, por isso mesmo, a Alemanha tem que fazer mais concessões.” Aí ele me disse: “O Senhor é Presidente de um país que, lá na sua região, tem o mesmo papel que a Alemanha.” Foi ele quem disse. Não acredito nisso, não. Sou mais igualitário. “O senhor tem que fazer uma aliança com seus vizinhos, com a Argentina especialmente. E se tiver que fazer algum acordo, quem tem que entender a necessidade do acordo é o Brasil, que é mais forte.”

Bom, com exagero ou sem exagero, se olhamos interesses nacionais não apenas no curto prazo – quem dirige um Estado não pode olhar o curto prazo –, mas se olhamos o interesse nacional a mais

longo prazo, é verdade que a manutenção de uma região na América do Sul, integrada, de paz, de democracia, de progresso, é vital para o Brasil. Então, me parece que essa é a primeira e a mais fácil das nossas decisões: é o fortalecimento de mecanismos integradores na nossa região imediata. Esses mecanismos partem de tratados. É preciso fortalecer as regras de direito relativas a eles.

Pessoalmente, acho que devíamos avançar mais. O momento é ruim para dizer isso. Estamos aí com vários desacordos com os nossos vizinhos. Mas mais na direção do que foi feito na Europa, de criar mais mecanismos de solução de controvérsias. Isso tem a ver com a soberania, que tem que ser pensada nos termos atuais e não nos termos do século XIX: quais são os mecanismos que se delegam para que seja possível haver uma negociação que convenha, a médio prazo, ao interesse nacional. Tem que haver um sentimento de compartilhar, porque os outros também têm seus interesses nacionais. É preciso que haja aí mecanismos para dirimir essas questões. Enfim, este me parece que é o lado mais simples para nós brasileiros dizermos: “Bom, aqui está claro que nesse processo de globalização temos uma oportunidade.”

E essa oportunidade é tão verdadeira que é só olhar os fluxos de investimento que aconteceram na nossa região. Esses investimentos vieram maciçamente para o Brasil – maciçamente. Tivemos investimentos da ordem, pelo menos, de 100 bilhões de dólares nos últimos cinco anos, sendo que, no ano passado, foram 30 bilhões. Investimentos na produção. Não é *hot money*, não é capital especulativo. É investimento produtivo. Por que eles vêm para cá? Vêm para cá porque aqui temos universidade. Vêm para cá porque aqui há tecnologia. E vêm para cá porque aqui existe mercado. Nesta ordem: universidade, tecnologia e mercado. E vêm em enorme concentração, perigosa do ponto de vista dos interesses do conjunto da região, porque não podemos também imaginar que os nossos parceiros vão ficar felizes se houver muita concentração no Brasil.

Mas a solução para isso não pode ser imposta por regras que não tenham aceitação. A solução para isso é pensar o espaço geográfico e

as cadeias produtivas no espaço geográfico: uma parte é produzida aqui, e outra, acolá. Ou existe isso ou existirá uma concentração tão grande de desenvolvimento científico, tecnológico e empresarial em um dos países que os outros não vão aceitar. Tem que haver um esforço construído de distribuição no espaço geográfico. Refiro-me não só à Argentina. Refiro-me ao Paraguai, à Bolívia, ao Uruguai e, amanhã, à Venezuela, que quer se aproximar. Quer dizer, temos que ter uma compreensão mais ampla do que é o interesse nacional. Interesse nacional não é, em um dado momento, favorecer um setor produtivo brasileiro apenas e amanhã, por causa desse setor produtivo, impedir um processo muito mais amplo que interesse ao conjunto da região e, sobretudo, a nós. Mas esse, digamos, é o lado mais simples.

Um segundo grau de facilidade, digamos assim, para se aceitar a idéia integracionista é a relação entre o Mercosul, o Brasil e a União Européia. Percebe-se que há uma aceitação maior. Por quê? Porque se imagina menos riscos daquilo que todos temem, que é a perda de soberania, que é a perda da nossa capacidade própria de decidir. E imaginamos – não sei se com razão – que a Europa terá menos capacidade de cortar, de limitar a nossa ação do que o nosso parceiro maior do hemisfério. Então, parece ser mais fácil, digamos, ideologicamente, falar de relação com a União Européia do que com a Alca ou do que com o Nafta. E, politicamente, sem dúvida.

Economicamente é extremamente complicado. Extremamente complicado, porque o que acontece, no caso do Brasil – e no caso, aqui, é do Mercosul, não é só o Brasil: a Argentina também e o Uruguai também –, é que somos altamente produtivos em matéria agrícola, altamente produtivos. Para dar uma idéia, a produção de grãos no Brasil cresceu, de 1990 até agora, de 57 milhões de toneladas para 98 milhões de toneladas, quase 100 milhões. E a área plantada aumentou muito pouco, ou seja, a produtividade cresceu violentamente. Então, hoje somos altamente competitivos. O preço do produto brasileiro é, eu diria, quase imbatível em matéria agrícola. E começa a ser em matéria pecuária. Neste ano, vamos exportar o dobro da Argentina: cerca de 1 bilhão de dólares em carnes. E a tecnologia

avançou muito. O Brasil não tem, muitas vezes, consciência de quanto o progresso entrou aqui; entrou a tecnologia nova; entrou aqui o espírito de empreendimento.

Então, a nossa produtividade agrícola é muito forte. E isso entra em choque com os interesses agrícolas da política agrícola comum da Europa. É um ponto delicado. Mas não é insuperável. O preço da política agrícola comum é pago, na Europa, pelos países não-agrícolas: basicamente a Alemanha e a Inglaterra. Quem se beneficia mais são a França, a Itália e a Espanha, da política agrícola comum. Mas o subsídio vem de todos.

Agora, a União Européia discute a entrada da Polônia. A Polônia é um país agrícola. Se forem estender para a Polônia os mesmos benefícios que são dados aos outros países da Europa, o contribuinte inglês e o alemão vão ter que pagar muito. Então, temos aliados objetivos, porque nós não podemos entrar nessa negociação com a União Européia sem colocar, com muita clareza, que precisamos, efetivamente, de um acesso ao mercado agrícola, porque nós exportamos para a Europa muito mais agricultura do que manufatura.

O Brasil, hoje, exporta 52% de manufaturas. Não somos mais um país de exportação basicamente agrícola: 52% são manufaturas. E 25% produtos semi-industrializados. O resto são *commodities*. Mas com a Europa são basicamente *commodities*, e não só na Europa. Competimos com a Europa em terceiros mercados, por exemplo, no Oriente Médio. E o subsídio nos prejudica na competição nesses terceiros mercados. Então, aí, há uma oportunidade, e nós temos que entrar. Agora, vamos apresentar uma proposta em Montevidéu, porque a União Européia nos apresentou uma proposta de negociação. Vamos fazer uma contraproposta. E o Brasil é partidário de uma contraproposta agressiva. Estamos dispostos a entrar numa negociação comercial com a Europa. Estamos dispostos, sim, a fazer algumas concessões sob condição de que não sejam feitas outras tantas.

Um outro bloco de problemas de oportunidades e riscos é a questão da negociação no seio do hemisfério. Esse acordo foi feito no tempo do Presidente Itamar Franco: é a proposta de fazermos a

Alca. Assisti à reunião em Miami. Eu era Presidente eleito. Confesso que não estava informado dos termos da negociação. Fiz um discurso, naquele momento, dizendo que achava difícil que fosse possível, no prazo que se queria, uma integração.

De lá para cá, o Brasil tem procurado dizer: olha, nós queremos negociar sim, ponto a ponto, dentro de certas condições, que já vou especificar, mas queremos também prazo, porque precisamos de mecanismos que permitam à nossa produção se adaptar ao regime de concorrência. Muito bem. Essa negociação está em curso – não é que vai ser, está em curso; há vários grupos negociando, e é preciso que a sociedade brasileira participe mais ativamente dessa negociação –, como está em curso a negociação com a União Européia. E o Brasil vai se colocar muito favorável à negociação com a União Européia. A negociação com a Alca está em curso.

Precisamos entender que o que está em curso é uma negociação comercial, porque, no caso, não há integração de tarifa externa comum. É comércio. E comércio só. Montesquieu dizia que ele se chamava *le doux commerce*. Dizia que o comércio era um instrumento de civilidade, porque o comerciante tem que conversar, entra em contato, socializa. O comércio era uma forma avançada de civilização que levava, dizia ele, à democracia. Isso naquela época. Hoje, o comércio não tem nada de *doux*. Não é nada *doux*, nem *soft*. O comércio, hoje, é negociação dura. Então vamos nos inspirar em Montesquieu, mas não esquecer de outras armas menos sofisticadas na negociação comercial, porque vamos ter que ter uma negociação concreta.

Fui à reunião hemisférica, no Canadá, e me pediram que participasse da sessão de abertura. Fiz o discurso de abertura lá. Estavam presentes o Presidente Bush e todos os demais presidentes da região. Disse quais eram as nossas condições, com muita tranquilidade. Disse até na língua deles, com muita tranquilidade. Precisamos entrar numa negociação que seja uma negociação, como nós costumamos dizer aqui, na linguagem diplomática, de *single undertaking*. Quer dizer, tem que ser tudo de uma vez só. Não venham negociar o que interessa a vocês para depois negociar o que interessa a nós. Ou ne-

gociamos tudo, e só quando todos os pontos estiverem acordados é que vale, ou, então, não há negociação. E especifiquei. Nossa problema não é de estarmos contra o livre-mercado, ao contrário, queremos que ele seja livre.

O que não queremos é um livre-mercado que seja sujeito a salvaguardas, quer dizer: um instituto dos Estados Unidos, que nem do governo é, se reúne e diz: não, os Estados Unidos estão importando demasiado calçados, logo os calçados importados estão prejudicando a produção daqui. E aí se impõe a salvaguarda. Não podemos aceitar *antidumping* indiscriminado. Quem decide o *antidumping* é só um lado. Não podemos aceitar o que chamam de pico tarifário. Quer dizer, nos Estados Unidos, a média das tarifas é muito baixa. Mas quando chega a tarifa do produto que nos interessa, vai lá para cima. A nossa média é relativamente elevada. A média nossa é 12%, 13%, a deles é 4%, mais ou menos. Mas a nossa nunca ultrapassa 35%. Lá pode ultrapassar, se for no pico tarifário.

Então, a negociação é objetiva e necessita de advogado. Precisa escrever o texto de modo que fique claro. Não é uma questão política, abstrata, interesse econômico só. Não. Qual é a regra? Ou seja, esse mundo que está sendo recriado é cheio de regras. E se não tiver regra, pior para nós. Precisamos de um estado de direito internacional, um comércio internacional baseado em regras limpidas de direito. Isso está em elaboração. Mas está em elaboração com maior participação, maior consciência da nossa parte. Essa negociação está em curso com relação à interação no mercado comum.

Nós brasileiros não precisamos ficar com medo. Temos que ter consciência e coragem, disposição. Medo, não. Somos produtivos em muitos setores. Peguem a indústria do aço. Ainda agora, esta semana, esse instituto lá, nos Estados Unidos, está falando em propor salvaguardas contra o aço brasileiro. Por quê? Porque a nossa indústria de aço é extremamente produtiva, tem alta produtividade, é competitiva. A nossa indústria têxtil é competitiva. Estamos exportando competitivamente. Aviões, nem se fala. Viu-se o que aconteceu nestes últimos tempos.

Quer dizer, temos que passar de uma mentalidade que pensa que a defesa do Brasil é olhar para trás, aumentar barreira, fazer produto de melhor qualidade, concentrar renda nos produtos, e esses produtos o consumidor é obrigado a comprar só deles, para uma mentalidade mais aberta, de termos sempre presente que é preciso ter regra, é preciso lutar, defender o interesse nacional, mas tem que haver competição, porque a competição é que permite baratear o produto e dar mais vantagens à população, e, por último, dar mais riqueza ao País. O que tem que haver é competição. O que não pode é uma negociação em nome do livre-comércio que leva ao protecionismo por parte daqueles que são os mais poderosos.

Essa é a questão que está posta, hoje, sobre a mesa de negociação. Não é uma questão ideológica, no sentido de que “ah, vamos estar submetidos”. Não. Não tem que estar submetido a nada. Se não for assim, não se assina o acordo. Agora, se for um bom acordo, se faz. Quando estávamos discutindo quando seria o acordo, eu declarei claramente: olha, um bom acordo é amanhã, um mau acordo é nunca. O Brasil tem que ter consciência da sua própria força. Nós temos. Não há de exagerar nessa força. Mas alguma força nós temos. E a força principal, hoje em dia, é a do cérebro. Temos que ajustar nossos cérebros. Precisamos ter gente que esteja, realmente, sintonizada com os ares do mundo e com competência para defender os nossos interesses nesse plano.

Esse processo de globalização, de oportunidades e riscos, no plano comercial está posto. No plano dos investimentos, ele vai depender, basicamente, como eu já disse aqui, do desenvolvimento das universidades, da tecnologia e da nossa melhoria na distribuição de renda para que o nosso mercado seja mais poderoso. Essa é a questão. Não se resolve com um botão. É um processo que está avançando. A tecnologia, as universidades estão avançando.

A discussão sobre se desse processo todo vai derivar o fato de que haverá uma “estrangeirização” do setor produtivo foi mal colocada. A última revista – creio que *Valor* – publicou a relação das 50 maiores, das 100 maiores, das 500 maiores empresas do Brasil. Entre as 50

maiores empresas do Brasil, 28 são nacionais, puramente nacionais. Não existe mais a possibilidade de imaginar, em nenhum país, que sejam 100%. Mas 28 das grandes são. Das 500, também. Quer dizer, não é verdade que foi arrasado o setor produtivo nacional, como alguns mais exagerados dizem. Nem é verdade, muito menos, que houve um sucateamento do setor produtivo brasileiro. Como sucateamento? Estamos produzindo, exportando manufaturas e não produtos agrícolas. Nesses dez anos isso mudou. O que se exporta é manufatura. Exporta-se produto sucateado? Não. É produto de boa tecnologia. Houve um avanço enorme na nossa capacidade produtiva.

Os grandes setores de produção estão sendo reorganizados. A petroquímica custou bastante, porque só agora conseguimos acalmar os vários setores aí. Estão todos eles em mãos nacionais: siderurgia, petroquímica, minério de ferro, papel e celulose. Todos os grandes setores estão, basicamente, nas mãos de grupos nacionais e, quanto possível, são fundos de pensão que participam deles. Começa a haver uma certa socialização do controle do sistema produtivo e, crescentemente, precisamos criar um mecanismo pelo qual as bolsas possam sobreviver melhor. Não apenas diminuindo CPMF, porque isso é pouco, mas fazendo com que, efetivamente, as empresas brasileiras de segunda e terceira linha lancem títulos na Bolsa e onde o Governo possa influenciar através das privatizações. Que isso seja feito também na Bolsa, para disseminar mais o capital, para criar um mercado de capitais que possa dar sustentação a um crescimento endógeno mais forte.

As grandes vão se capitalizar nos Estados Unidos – no mundo todo é assim – ou, eventualmente, em Londres. Vão lançar seus recibos de ações lá, nos Estados Unidos, porque querem se capitalizar em dólar. Isso não é uma questão de decisão política. É uma questão do mercado, que é assim. Mas o que é de decisão política é o fortalecimento do mercado de capitais local, é a possibilidade de se fazer o que estamos fazendo agora: espero sancionar, nestes dias, a nova Lei de Sociedades Anônimas, para proteger o sócio minoritário, para que a pessoa compre uma ação e não seja lograda. Esse mecanismo levou muitos anos para ser votado pelo Congresso – sempre leva anos,

porque a democracia é assim mesmo e não estou me queixando –, mas estamos fortalecendo esses mecanismos para que possamos entrar com mais firmeza e com menos temor nesses processos de globalização que aí estão, minimizando os riscos e tirando mais vantagens das oportunidades.

Já falei demais, mas quero fazer mais um comentário. Falei dessas oportunidades de risco, basicamente acordos comerciais, o que acontece com o setor produtivo, o plano econômico. E mencionei, lá atrás, a questão dos mecanismos de decisão.

Estamos, agora, vivendo um outro momento muito delicado desse processo global todo por causa dos acontecimentos de 11 de setembro, que mostraram o que já se sabia: por mais forte que seja a potência predominante – e ela é –, ela não pode mandar sozinha. Não funciona. Não funciona.

Esses processos todos que estão em marcha, de globalização e tudo o mais – mencionei, aqui, a consciência planetária, a humanidade como um universal concreto –, essas questões todas são abstratas, mas, na prática, começa a haver a percepção de que temos de criar uma ordem menos assimétrica no mundo – menos assimétrica economicamente, mas também politicamente –, porque essa assimetria é que leva às reações que estamos assistindo contra todas as reuniões de instituições até multilaterais (Fundo Monetário, Banco Mundial, G-7, G-8). É o sentimento de não-participação.

Ou se aumenta a participação nos foros decisórios ou, então, esse processo vai ter travas. E, agora mesmo, a maior potência, para se mover contra um desafio – é um desafio de todos, que é o terrorismo, que não é aceitável por ninguém, sob nenhum fundamento –, para se mover nessa direção, buscou alianças. E buscou alianças no mundo todo, até lá mesmo, onde tinha que buscar.

Espero que daí derive um aprendizado: temos que marchar para uma outra visão do mundo. Vai levar um século, eu sei, mas é preciso marchar para uma outra visão do mundo e – se posso usar essa expressão – uma globalização mais solidária, porque essa globalização assimétrica, que marginaliza povos, como uma boa parte da África,

não vai funcionar a longo prazo, porque a consciência universal que começa a existir não vai aceitar mais isso.

Começa a haver, então, a revalorização da ética – aqui se fala disso o tempo todo. Por quê? Porque o mundo dispõe, hoje, de meios materiais tão poderosos que, eticamente, é inaceitável uma desigualdade tão grande. Então, passa a haver quase uma reversão. Se comecei com o mercado e com o sistema produtivo, que homogeneiza, que impõe as regras, que leva adiante, agora, é o contrário: são os valores. Estamos vivendo um momento em que passa a ser importante ver que sem valores tampouco há cimento para manter uma ordem, por mais poderosa que ela seja materialmente ou por mais fortes que os que detêm o maior poder sejam militarmente. Vamos precisar, de novo, de valores.

Essa a missão do Brasil. Não é o único, nem tem tanta força que possa se pensar capaz de fazer isso ou aquilo com muito *rayonnement*. Não é assim. Mas é a nossa possibilidade – eu diria, até, a nossa missão – neste momento. Somos um país plural, efetivamente, com muitas raças, muitas religiões, muitos imigrantes, uma mobilidade social, e valorizamos a mistura de raças. Somos um país que realmente quer a paz. Somos um país vocacionado para a paz. Não temos briga com nenhum dos nossos vizinhos, a despeito das nossas diferenças de porte com alguns dos nossos vizinhos, pelo contrário.

A nossa voz, no mundo, tem que ser uma voz ética. Chamar a atenção para esses fatos, e podemos fazer isso sem suspeição. Primeiro porque nós – não somos perfeitos – praticamos mais aqui um convívio, um convívio importante. O Presidente vem, como cidadão, falar com a OAB, que é, freqüentemente, crítica. É uma coisa que vale. Nós fazemos isso. Se fazemos isso, temos força moral para falar, lá fora, a respeito desse tema sem hipocrisia, sem cinismo, sem passadismo, sem recusar o que é irrecusável, que são as oportunidades e os fatos da globalização. Mas também sem aceitar as desigualdades que ela gera e que não precisaria gerar, sem que se faça essa ligação mecânica, que não é verdadeira: quanto mais globalizado, mais pobre. Não é verdade, os dados não dizem isso. O problema é

que se podia ser muito menos pobre. E se foi aceitando uma situação em que as desigualdades, as assimetrias foram sendo mantidas.

Então, seria muito importante que num seminário de direito, com essa dimensão ética que vi que tem, se introduzisse com força o tema da globalização dos riscos e oportunidades, e se fizesse isso com a consciência de que, hoje, temos um país que, sem muita pretensão, é capaz, pela força do seu povo, de tomar decisões próprias que não o afastem da globalização, mas que o façam não um parceiro solidário de uma globalização assimétrica, mas um parceiro ativo para que essa globalização seja cada vez mais solidária.

Muito obrigado.